

Crédito de confiança

O GLOBO

SETEMBRO é um mês de definição para a dívida externa brasileira. Há uma grande conta de juros a vencer junto aos bancos privados, que o Governo só se dispõe a pagar caso os credores aceitem refinanciar uma boa parte do débito. Mas, conforme acordo em vigor, a liberação dos recursos pelos bancos somente ocorreria na hipótese de entendimento entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional.

NÃO É de todo impossível que se chegue a uma conciliação: o confronto não interessa, no momento, a qualquer das partes. Tanto para o Brasil como para os credores convém que o novo Governo se inicie num clima de relações ao menos razoáveis entre o País e a comunidade financeira internacional. Há no calendário uma razão concreta para isso: está prevista para abril uma revisão do acordo firmado em 1988 com os credores. Como o Brasil se-

rá o último dos grandes devedores a se sentar à mesa de negociações, terá área de manobra para se beneficiar das vantagens já concedidas aos demais. No entanto, se na ocasião a conta de juros atrasados estiver muito elevada, grande parte das negociações acabarão girando em torno do pagamento desse item.

SERIA ilusão imaginar que, em fim de Governo, é possível normalizar inteiramente as relações entre o Brasil e os credores. Mesmo depois do acordo do ano passado, os bancos continuaram contabilizando os juros recebidos como non-accrual (ou seja, não os incorporaram a seus lucros definitivos, preferindo declará-los como receita provisória). Para que fossem declarados como accrual, o Brasil precisaria passar um tempo ainda maior com pagamentos regulares.

A DECISÃO do Governo de suspender os pagamentos

para preservar as reservas cambiais do País adiou por mais tempo a normalização. No entanto, nada impede um entendimento de transição, envolvendo o FMI, até que o novo Governo assuma. As negociações para um acordo provisório terão que ser rápidas, pois já em outubro será difícil para o Brasil, em clima de efervescência eleitoral, tomar decisões sobre questões muito relevantes.

DIRIGENTES de grandes bancos internacionais têm mostrado compreensão para esse problema. Também o Governo americano parece sensível a respeito e tem insistido junto ao Fundo Monetário Internacional para que o acordo provisório seja rapidamente firmado.

O BRASIL, pelo esforço que já fez em relação à dívida externa (que, nos últimos anos, não cresceu, em termos reais), merece, ao menos, esse novo crédito. Um crédito, estritamente, de confiança.